

A Ideia de Inserção Presente na Educação de Jovens e Adultos: analisando os caminhos deste discurso

Eliane Maria de Jesus*

Introdução

O presente trabalho busca analisar a proposta de inserção social presente na Educação de Jovens e Adultos, proposta esta que tem início nos processos de alfabetização e acaba por perpassar todas as modalidades de ensino, com o discurso de formação para cidadania. Neste aspecto, palavras como cidadão e democracia se tornam exaustivamente repetitivas na fala daqueles ligados a educação.

A educação é alvo de questionamentos que buscam respostas aos problemas enfrentados, pela família, pela escola e pela sociedade, no que tange à qualidade do ensino ofertado pelas instituições educativas nas diversas modalidades e níveis, que visam atender, tanto aqueles que tem o acesso à escola na idade considerada adequada, quanto daqueles que dela ficaram excluídos por diversas razões, sejam estas de cunho social, cultural e econômicas, e, agora decidem retornar à escola visando garantir o seu direito subjetivo à educação.

Dentre as muitas crenças, alimentadas pela sociedade contemporânea destaca-se, aquela de que a educação é o caminho de acesso às melhores condições de vida, e principalmente, no meio acadêmico a crença de que a educação é importante instrumento de conscientização e formação do cidadão consciente e crítico; ideia essa defendida por Paulo Freire em seu trabalho e em suas obras.

Precursor da Educação de Jovens e Adultos, Freire influencia fortemente esta modalidade de ensino, de maneira que tanto os sistemas de ensino, quanto os professores, ao se disporem pensar na alfabetização de jovens e adultos, como metodologia para a conquista da liberdade individual das pessoas, e principalmente da sua autonomia frente às normas, regulamentos e relações existentes na vida em sociedade, usam-no como referencial, fazendo surgir questionamentos, sobre a eficiência e eficácia desse processo de alfabetização de jovens e adultos, que por meio de suas metodologias, estratégias e programas, visam

* Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Goiás, especialista em metodologias do ensino fundamental pela UFG-Cepae. Professora de educação infantil no município de Porto dos Gaúchos MT e professora no curso de Pedagogia da Unemat- campus Juara-MT.

contribuir para a execução da conquista à cidadania¹.

Percebe-se no discurso de muitos a presença da ideia de que, o único objetivo da Educação de Jovens e Adultos é o de alfabetizar, porém, surge dessa afirmativa muitos questionamentos que podem ser elucidados por duas questões básicas, alfabetizar para quê? O que mudaria na vida dessas pessoas a partir de sua alfabetização? O presente trabalho busca compreender este processo, analisando e procurando responder tais questões.

A escolha do presente tema deu-se pela observação do caráter compensatório que prevalece nas diferentes modalidades de ensino, em particular, na Educação de Jovens e Adultos onde permanece o discurso, de direitos e de igualdade², onde na realidade busca-se compensar esta parcela da população, por estes não terem tido acesso à educação na idade considerada adequada, ocultando a razão desse acesso tardio, se fala na oferta de ensino para jovens e adultos, mas, não é mostrado que sua necessidade advém da deficiência e ineficácia do estado³, que não oferece uma educação de qualidade, e não cria condições para que todos tenham acesso a ela.

O trabalho aqui desenvolvido objetiva trazer à tona, aquilo que não aparece nas discussões sobre a EJA, entendendo que se esses indivíduos não tiveram acesso à educação na idade adequada, é porque não possuem os seus direitos mínimos assegurados, vivem em uma sociedade desigual, que os torna escravos do trabalho e conseqüentemente do tempo, que é alienado em função deste. A lógica capitalista, é desumana, cria desigualdade e instituições que desenvolvem propostas compensatórias para justificar suas ações, amortecendo assim a luta de classes.

Como quem analisa uma obra seja em partes ou em sua totalidade o faz sobre um ponto de vista, neste trabalho não seria diferente, a EJA é aqui analisada sob uma perspectiva, um olhar metodológico. De acordo com Gil (2010) o método é um caminho para se alcançar um objetivo, um determinado fim, ou seja, um “jeito de fazer”. Neste trabalho o Materialismo Histórico Dialético é o que tornará possível tal análise, desenvolvido por Karl

¹ A palavra cidadania aqui é usada no sentido burguês do termo, ou seja, na compreensão de que cidadão é um indivíduo que cumpre seus deveres e tem seus direitos garantidos pelo estado. Da perspectiva que parte este trabalho entendemos que “o cidadão é o indivíduo conservador, o indivíduo que aceita o mundo existente, ou seja, a sociedade burguesa [...]” (VIANA, 2003, p. 69).

² Sobre isso Haddad (2001, p. 60) expressa que “a legislação educacional passa a ser então estratégia ideológica, prometendo exatamente aquilo que não pretende conceder”.

³ Compreendemos como estado o conceito dado por Nildo Viana em seu livro “Estado, Democracia e Cidadania”, onde afirma que “o estado é uma instituição de dominação de classe e é somente assim que pode ser entendido” (VIANA, 2003, p. 09).

Marx, o MHD é um método que se constitui ao mesmo tempo em uma teoria para se analisar a sociedade, de uma perspectiva crítica, o que só é possível por partir do ponto de vista do proletariado, que é a classe que tem interesse em desvendar a realidade, para tanto tem como conceitos fundamentais, modo de produção⁴, formas de regularização⁵ e luta de classes⁶.

É predominante na fala dos defensores da Educação de Jovens e Adultos a defesa da inclusão, o incluir o indivíduo, o que trataremos aqui como inserção social. Da perspectiva de que parte este trabalho, que busca desvendar o real, trazendo à tona aquilo que está oculto, inserir nada mais é do que colocar dentro da lógica social aqueles sujeitos que se encontram a margem da sociedade, de fora do processo de exploração, de maneira que, os excluídos socialmente são aqueles que de alguma forma foram deixados de fora do processo de inclusão dos indivíduos na lógica capitalista.

Desta forma iniciaremos apresentando a alfabetização na visão de Paulo Freire, uma vez que este acreditava que somente a palavra seria capaz de transformar, de mudar a realidade dos indivíduos, em seguida falaremos da proposta da Educação de Jovens e Adultos de inserção social, apontando o caráter ideológico por traz deste discurso, que se encontra diretamente vinculado a concepção burguesa de cidadania.

A educação de jovens e adultos e a alfabetização

A educação de jovens e adultos é uma modalidade de ensino específica e com características diferenciadas, com um público que varia entre jovens que evadiram da escola, a maioria por precisar trabalhar, e que agora buscam cumprir uma exigência do mercado de trabalho, que lhes cobra qualificação. E adultos que não tiveram acesso ao ensino na idade própria e agora buscam a escola para reparar esse atraso, alguns também por buscar se qualificar frente às exigências da sociedade, por pressão familiar, outros por acreditar no poder transformador da palavra, pessoas que enxergam no ato da escrita do próprio nome, uma conquista.

Em seu livro *Ação cultural para a liberdade* Paulo Freire coloca bem a questão do

⁴ “Um modo de produção é constituído pelo conjunto das forças produtivas e das relações de produção, as quais são regulamentadas por determinadas formas de regularização” (VIANA, 2007).

⁵ Segundo Viana (2007, p. 76) “[...] as formas de regularização são determinadas relações sociais reais realizadas por indivíduos reais que utilizam determinados meios materiais com o objetivo de reproduzir as relações de produção dominantes e que são engendradas pelo modo de produção dominante.”

⁶ “[...] depois do desaparecimento do regime primitivo da propriedade comum de terra, a história tem sido a história da luta de classe, da luta entre explorados e exploradores, entre as classes dominadas e dominantes nas diversas etapas da evolução social [...]” (MARX e ENGELS, 1981, p. 13).

analfabetismo e de sua má interpretação, quando da compreensão de suas causas, e de sua existência permanente, entre elas a ideia de que este provém de um povo incapaz e ineficiente, e a partir desta identificação é revelada uma visão deturpada da alfabetização. Segundo Freire (2001, p. 15),

A alfabetização, assim, se reduz ao ato mecânico de “depositar” palavras, sílabas e letras nos alfabetizandos. Este “depósito” é suficiente para que os alfabetizandos comecem a “afirmar-se”, uma vez que, em tal visão, se empresta à palavra um sentido mágico.

Podemos perceber que a compreensão de alfabetização para Freire, vai além da ideia mecanicista que a entende como mera repetição de palavras, geralmente sem sentido, um ato fora da realidade daqueles que o aprendem. Para o autor a alfabetização é um processo de descoberta da palavra que só pode ter sentido, na medida em que está inserida no contexto do alfabetizando e que contribui para que este compreenda sua realidade.

De acordo com Freire (2007) para que a alfabetização de adultos não seja um ato de memorização é necessário que estes sejam conscientizados para serem alfabetizados. Percebe-se assim que o processo de alfabetização deve estar diretamente vinculado a conscientização, para um alfabetizar crítico faz-se necessário que os envolvidos neste processo se preocupem em conscientizar-se para que então seja possível os alfabetizar.

Um dos problemas enfrentados pela educação de jovens e adultos é que esta modalidade muitas vezes não é encarada com seriedade, onde por exemplo, usam muitas vezes, a mesma metodologia usada para alfabetizar criança, ignorando que cada modalidade possui características próprias, e que seu público deve ser considerado em suas diferenças e particularidades. Para tanto se faz necessário respeitar o tempo e as experiências de cada grupo.

Para ser um ato de conhecimento, o processo de alfabetização de adultos deve, de um lado, necessariamente, envolver as massas populares num esforço de mobilização e de organização em que elas se apropriam, como sujeitos, ao lado dos educadores, do próprio processo. De outro, deve engajá-las na problematização permanente de sua realidade ou de sua prática nesta (FREIRE, 2001, p. 66).

Tratar o analfabetismo como se esse fosse culpa dos educandos, de nada ajuda na compreensão de suas causas, contrário a isso é uma atitude irresponsável que mostra apenas o total desinteresse de quem se propõe a pensar este processo. Sobre isso Freire (2001, p. 18) coloca que “o analfabetismo nem é uma “chaga”, nem uma “erva daninha” a ser

erradicada, nem tampouco uma enfermidade, mas uma das expressões concretas de uma realidade social injusta”.

Nesta fala o autor deixa transparecer que a existência do analfabetismo é consequência de uma realidade injusta, e embora não aprofunde nessa discussão, assim como tantos outros autores que tratam deste tema, Freire avança um pouco quando se propõe a pensar uma alfabetização diferenciada para os planejamentos ligados a educação de jovens e adultos. Entendendo assim que estes merecem um atendimento responsável e comprometido.

Embora avance no que tange a importância da alfabetização Paulo Freire retrocede quando da afirmação do que considera como fundamental na alfabetização de jovens e adultos. Sobre isso Freire (2001) coloca que não é a partir de uma repetição mecânica que se desenvolve nos alfabetizados a consciência dos seus direitos, como sua inserção crítica na realidade.

O autor ressalta como direito do alfabetizando sua inserção na realidade, que como tratado no início deste trabalho, diz respeito ao inserir o indivíduo nesta sociedade. Não se pode ignorar essa afirmativa, como se esta fosse neutra, ou como se realmente este fosse o aspecto principal a ser considerado pela educação de jovens e adultos, é necessário que não coloquemos aceite tal discurso e sua validação com palavras conciliadoras como “cidadania” ou “democracia⁷”.

O fundamental nessa sociedade é o modo de produção, por isso o que se espera, é que os indivíduos nela inseridos, produzam, para que os capitalistas apropriem dessa produção que acaba por enriquecer os capitalistas, levando a população a níveis cada vez mais intensos de exploração. O que ocorre é que no processo de produção e consumo, existem aqueles que ficam fora deste círculo. Nesse sentido, uma das necessidades premente do capitalismo é que estes devem, portanto, serem inseridos nessa dinâmica, ou seja, ser encaixados dentro da sociedade capitalista, onde cada qual ocupa um lugar específico, de acordo com as posições que possuem que é, uma posição de classe (JESUS, 2012, p. 92).

O interessante é que quando se trata da inserção nos textos de diferentes autores, este tema é abordado como um direito do sujeito, dando a entender que isso é uma garantia própria da cidadania, ou seja, todo cidadão tem o direito de estar inserido nessa sociedade.

⁷ “A democracia burguesa é uma das formas como o estado capitalista se relaciona com as classes sociais, isto é, é um regime político burguês – caracterizado por uma participação restrita das classes sociais” (VIANA, 2003, p. 48).

Em seu livro “educação como prática da liberdade”, Freire expressa como entende este processo de inserção:

Sentíamos que era urgente uma educação que fosse capaz de contribuir para aquela inserção a que tanto temos nos referido. Inserção que, apanhando o povo na emersão que fizera com a rachadura da sociedade, fosse capaz de promovê-lo da transitividade ingênua a crítica. Somente assim evitaríamos a sua massificação (FREIRE, 2007, p. 115).

Percebemos aqui a ênfase dada pelo autor, quanto à importância do inserir os indivíduos nesta sociedade, o que como abordado anteriormente se trata de colocar cada qual em um lugar específico, conformar os indivíduos ao processo de exploração existente dentro do capitalismo, bem como confortá-los na lógica do consumo, onde o ter é poder, e deve prevalecer a qualquer custo. Nesta perspectiva a escola cumpre o seu papel conformando os indivíduos e preparando-os para ocupar determinados lugares e posições que lhes são reservados.

Dentro do capitalismo, abaixo do discurso de educação para todos, para conscientização, ou libertação, repousa a verdadeira intenção da escola, que com seu caráter de seletividade, acaba por determinar o lugar que cada indivíduo deve ocupar dentro da sociedade. Submetendo-os ao seu julgamento, os conduz, cada qual ao seu lugar (JESUS, 2007, p. 94).

A escola enquanto espaço de luta de classes, acaba por reproduzir determinados valores, mas, por ser um ambiente de contradição cria também a possibilidade de se questionar suas imposições. Surge então daí a necessidade de que os indivíduos, envolvidos nesse processo procurem superar as afirmações dadas por pessoas acríticas que reproduzem um discurso ideológico e conservador.

O discurso conciliador da inserção social

No que diz respeito à educação de jovens e adultos, enquanto modalidade de ensino, esta acaba por estar inclusa na lógica burocratizada da escola, uma vez que segue as especificações dos sistemas de ensino, ainda que tenha características específicas desta modalidade. Segundo Soares (2002, p. 80) “as unidades educacionais da EJA devem construir, em suas atividades, sua identidade como expressão de uma cultura própria que considere as necessidades de seus alunos e seja incentivadora das potencialidades dos que as procuram”.

Para que a educação de jovens e adultos não se torne, mas, uma proposta de

reparação que ignora as potencialidades do sujeito, sufocando sua criatividade e impondo um saber pré-moldado, faz-se necessário uma preocupação por parte dos envolvidos nesta modalidade de ensino. Soares (2002) reconhece que o perfil do público da EJA e as suas situações reais, devem ser o princípio da organização do projeto pedagógico dos estabelecimentos de ensino que a ofertam, direito este garantido pela LDB.

A reentrada no sistema educacional dos que tiveram uma interrupção forçada seja pela repetência ou pela evasão, seja pelas desiguais oportunidades de permanência ou outras condições adversas, deve ser saudada como uma reparação corretiva, ainda que tardia, de estruturas arcaicas, possibilitando aos indivíduos novas *inserções* no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação (SOARES, 2002, p. 38, *grifo nosso*).

A proposta de inserção social presente na educação de jovens e adultos, expressa pela fala de Leôncio Soares, mostra que esta não é exclusiva desta modalidade de ensino, mas, que é uma característica própria do sistema educacional, que ainda conserva em seu discurso, a ideia de que a escola forma os indivíduos para o mercado de trabalho, ou seja, a proposta é dar formação para inseri-los na dinâmica do capitalismo.

A ideia de participação também presente na fala do autor faz justamente referência à noção de que aqueles que não estão alfabetizados, não participam, nem contribuem com o funcionamento dessa sociedade, de forma que não exercem a chamada “cidadania”. “A educação de adultos torna-se mais que um direito: é a chave para o século XXI; é tanto consequência do exercício da cidadania como condição para uma plena participação na sociedade” (SOARES, 2002, p. 43).

Uma vez que a cidadania expressa os direitos e deveres que possuem os cidadãos como um todo, como consequência um indivíduo devidamente inserido nessa sociedade, teria que cumprir os deveres estabelecidos bem como, no plano do discurso, teria também acesso aos direitos previstos por lei. Mas, quando nos voltamos para a realidade, percebemos que na prática as coisas funcionam de outra forma, e encontramos uma situação diferente daquela presente no discurso do “cidadão pleno”.

O cidadão é um ser abstrato criado pelo direito. Se a lei diz que “todos são iguais perante a lei”, a realidade diz: “os seres humanos são desiguais perante a sociedade”, devido à divisão social do trabalho. A desigualdade real existente entre os homens é substituída por uma fictícia igualdade, “perante a lei”. Uma vez que a lei é igual para todos, pressupõe-se que existe uma igualdade jurídica entre os homens. Porém, esta igualdade

jurídica é fictícia e isto ocorre porque existe uma desigualdade de fato que corrói esta igualdade fictícia (VIANA, 2003, p. 68).

Percebe-se assim que no discurso, a ideia da cidadania, cumpre uma função de conformar os indivíduos, ao afirmar que todos têm os mesmos direitos, e que o estado irá assegurá-los, e mostra a necessidade da alfabetização vinculando diretamente ao acesso a esses direitos. Reconhecendo a escola como espaço legitimador, e como caminho para uma cidadania plena, e ainda, negando um saber não escolarizado, fora dos padrões e moldes desta sociedade.

Por trás do discurso de formar para a cidadania, os alunos da EJA trazem o reflexo de um ensino desigual, a marca da exclusão e o preconceito de que é alvo o analfabeto, muitas vezes levando a culpa por sua situação, como se sua alfabetização e garantia de uma educação de qualidade fosse algo que dissesse respeito somente a ele. “[...] o quadro socioeducacional *seletivo* continua a reproduzir excluídos dos ensinos fundamental e médio, mantendo adolescentes, jovens e adultos sem escolaridade obrigatória completa (SOARES, 2002, p. 30, *grifo nosso*).

O reconhecimento de que a educação de fato não é para todos, que temos um ensino fragmentado, muitas vezes imposto, e que ignora a realidade do educando, pode se constituir no pontapé inicial para superação dessa realidade. Por não se tratar de uma crítica infundada, mas, por estar em evidência para quem quer que se disponha a retirar a venda dos olhos e ver esta realidade. Sobre isso Soares (2002, p. 32) reconhece que:

Nesta ordem de raciocínio, a educação de jovens e adultos (EJA) representa uma dívida social não reparada para com os que não tiveram acesso a e nem domínio da escrita e leitura como bens sociais, na escola ou fora dela, e tenham sido a força de trabalho empregada na constituição de riquezas e na elevação de obras públicas. Ser privado deste acesso é, de fato, a perda de um instrumento imprescindível para uma presença significativa na convivência social contemporânea.

Infelizmente como reconhecido por Vanilda Pereira Paiva, em seu livro “educação popular e educação de adultos”, muitas vezes o problema está na forma como é encarado o problema do analfabetismo, ou na falta de encará-lo de fato, uma vez que parece existir uma concordância de alguns educadores, quanto à negação do que causa este quadro caótico. Muitas vezes busca-se enfatizar os aspectos pedagógicos do problema e colocam de lado aspectos fundamentais, como econômico, social e político.

[...] restava explicar os porquês dos altos índices do analfabetismo e do preconceito contra o analfabeto; desejávamos encontrar as raízes do que até então estávamos designando como uma “ideologia dos educadores”, caracterizada pela tendência dos pedagogos e profissionais da educação a deixarem de lado ou minimizarem a importância dos aspectos sociais e políticos da educação. (PAIVA, 1987, p. 15-16).

A autora mostra bem a face de um problema que muitos vivenciam mais fingem ou preferem ignorar. Ao tratar do preconceito contra o analfabeto, abre a possibilidade de refletir o problema enfrentado por aqueles que resolvem retomar os estudos. De acordo com Haddad (2001) não basta ofertar escola aos excluídos, mas, precisam ser criadas condições para que ela seja frequentada, ou corre-se o risco de continuar a culpar os próprios alunos pelo seu fracasso.

Assim como nas escolas existem limitações ao ensino, a modalidade da educação de jovens e adultos, não fica de fora, por se tratar de um público sensível as mazelas sociais, cabe um olhar mais atento, menos preconceituoso e mais comprometido com esse grupo. “[...] ainda resta muito caminho pela frente a fim de que a EJA se efetive como uma educação permanente a serviço do *pleno desenvolvimento do educando*. (SOARES, 2002, p. 130, *grifo do autor*).

Contudo, aqueles que buscam, e anseio por dias melhores para a EJA, o fazem pelo viés da inclusão social, e não percebem a ideologia⁸ por trás desse discurso, como pode ser observado na fala de Leôncio Soares (2002, p. 132):

Quando o Brasil oferecer a esta população reais condições de inclusão na escolaridade e na cidadania, os “dois brasis”, ao invés de mostrarem apenas a face perversa e dualista de um passado ainda em curso, poderão efetivar o princípio de igualdade de oportunidades de modo a revelar méritos pessoais e riquezas insuspeitadas de um povo e de um Brasil uno em sua multiplicidade, moderno e democrático.

Partindo da compreensão de que a escola se constitui num espaço de contradição, e que inserida em uma sociedade de classes, têm reproduzido em seu interior os valores da classe dominante, ou seja, a classe que detêm o poder econômico acaba por controlar também a produção de ideias, cabe então colocar em cheque tudo aquilo que é afirmado por indivíduos acríticos, que não percebem tais contradições.

⁸ A ideologia pode ser definida resumidamente como falsa consciência sistemática. Ela é falsa consciência por estar ligada aos interesses da classe dominante, que não pode revelar a verdade, deve ocultá-la. A classe dominante não pode revelar seus interesses, a exploração, a dominação [...] (VIANA, 2010, p. 23).

De acordo João Gabriel da Fonseca Mateus (2012, p. 100) “[...] o capitalismo e seus vários “tentáculos” submetem as instituições de ensino à sua própria lógica de funcionamento, na maneira pela qual reproduz as relações capitalistas como aparelho privado de determinadas classes”. O autor faz referência aqui à intrínseca relação entre capitalismo e educação, e como nesta sociedade as instituições existentes servem a dominação.

Não se tem aqui a pretensão de apontar as instituições de ensino como tendo o único e principal objetivo de legitimar a dominação, contudo não podemos fechar os olhos para seu caráter dualista. Como colocado no livro “Educação e Capitalismo: para uma crítica a Paulo Freire” quando da possibilidade de uma educação para a criticidade “seria pessimismo dizer que não existe tal possibilidade, seria otimismo, porém, dizer que nesta sociedade isso é possível.

Considerações finais

O presente trabalho buscou refletir a questão da educação de jovens e adultos, com suas políticas e propostas de inserção social e conseqüente formação para cidadania, buscando compreender a validade de tais propostas, e os limites que estas acabam impondo a esta modalidade de ensino. Iniciando com o conceito de alfabetização percebeu-se as características marcantes de um preconceito existente contra o analfabeto, e a ausência de uma crítica as causas de sua existência.

Para que tal análise fosse possível foi feito um levantamento bibliográfico de autores que discutem este tema, bem como daqueles que discutem elementos fundamentais para a compreensão do funcionamento da escola nessa sociedade. Constatou-se presente na fala de alguns autores uma defesa enfática para com os ideais de cidadania e de uma inserção do indivíduo nessa sociedade, bem como a alusão a formação para o mercado.

Compreendemos que os autores reconhecem a relevância da educação de jovens e adultos, e até certo ponto avançam no reconhecimento da alfabetização como uma etapa relevante para a vida do educando, bem como da necessidade de se considerar os conhecimentos adquiridos pelos sujeitos fora do ambiente escolar, ainda assim, estes ficam presos a conceitos e valores que não permite com que superem, por exemplo, a ideia de inserção, tornando-a aspecto principal da EJA.

Diante disso percebemos que, faltam políticas de valorização das potencialidades

do sujeito na educação de jovens e adultos, para além do discurso de formar para inserir perpetuado por muitos. Sem pretensões de se concluir algo, este trabalho procurou apenas provocar o leitor para refletir tais questões, e pensar para além do que está posto, submeter às afirmações existentes a um processo de reflexão contínua, buscando contribuir para a crítica do existente e para a superação deste modelo de educação.

Referências bibliográficas

JESUS, Eliane Maria de. *Educação e Capitalismo: para uma crítica a Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2012.

FREIRE, Paulo. *Ação Cultural Para a Liberdade e outros escritos*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

_____. *Educação como prática da liberdade*. 30ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

GIL, Antônio Carlos. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, Sérgio. *A educação de pessoas jovens e adultas e a nova LDB*. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001. cap. 6, p. 111 a 127.

MARX; ENGELS. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Global editora, 1981.

MATEUS, João Gabriel da Fonseca. *Capitalismo e Educação*. In: _____. *Educação e anarquismo: uma perspectiva libertária*. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2012.

PAIVA, Vanilda Pereira. *Educação popular e educação de adultos*. São Paulo: Edições Loyola, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação. *Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental*. Goiânia: FUNAPE/CIAR, 2010.

VIANA, Nildo. *A Consciência da História: Ensaio sobre o Materialismo Histórico-Dialético*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

_____. *Estado, Democracia e Cidadania – A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

_____. *Cérebro e ideologia: uma crítica ao determinismo cerebral*. São Paulo: Paco Editorial, 2010.